



HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

ANO 10 NÚMEROS 18 E 19 JUNHO E DEZEMBRO DE 1989

ISSN 0100-6932

História: Questões & Debates
Associação Paranaense de História - APAH
Curitiba — Junho - Dezembro 1989

S U M A R I O

Sérgio Odilon Nadalin — Apresentação 3

NA PAUTA DAS LIBERDADES

Guilherme Palacios — A “Guerra dos Maribondos”: uma revolta camponesa no Brasil escravista 7

UM CONTRAPONTO: LINGUAGENS TOTALITÁRIAS

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães — Velhos e novos nacionalismos; Heimat, Vaterland, Gastland 77

Giralda Seyfert — A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irreduzíveis 113

René E. Gertz — Preconceitos de sangue 157

Décio Roberto Szvarça, Maria Lúcia Cidade — 1955: o voto “verde” em Curitiba 181

**A EXPERIÊNCIA REPUBLICANA:
INSTITUIÇÕES, POLÍTICA PODER**

Euclides Marchi — Uma igreja no estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República 213

Cristiano German — Igreja versus governo — opções políticas na transição democrática brasileira 235

Gladys Sabina Ribeiro — O jacobinismo nos primeiros anos da República: seus ódios, suas razões e a criação de uma idéia de nação 261

Denise G. Bottmann — A propósito de Capistrano 283

ENSAIO

Joan Rüsen — Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência” 303

CONFERÊNCIA

Cristian Meier — Sobre o conceito de identidade nacional 329

NOTAS DE LEITURA

José Borges Neto — Nietzsche e a história: considerações sobre “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida” ... 349

Francisco Moraes Paz — Peter Gay: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud 363

ISSN 0100-6932

PRECONCEITOS DE SANGUE

RENÉ E. GERTZ

Professor do Departamento de História, PUC/RS e UFRS.

RESUMO

O texto defende a tese de que a situação nas regiões de colonização alemã no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1930/40, só pode ser entendida se levarmos em conta os preconceitos contra "alemães" enraizados na tradição brasileira. A historiografia sobre o assunto incorporou em parte estes preconceitos e só alguns trabalhos historiográficos deram tratamento adequado ao tema.

Um capítulo de *Sacralização da política*¹, de Alcir Lenharo, fornece ao mesmo tempo o título e um "gancho" para algumas considerações em torno da história e da historiografia sobre a situação política e cultural nas chamadas regiões de imigração e colonização do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930/40. Em seu livro *O fascismo no sul do Brasil*² e em outros textos menores tenho estudado a situação nas regiões de colonização alemã sob a perspectiva da presença do germanismo, do nazismo e do integralismo no período pré-Estado Novo e tenho afirmado que a importância de germanismo e de nazismo tem sido super-estimada e que a presença do integralismo pode ser explicada em grau muito satisfatório sem recurso à variável étnico-cultural, que domina todos os escritos sobre o tema. Variáveis sócio-eco-

1 LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986.

2 GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

nômicas e políticas permitem explicar a situação, podendo-se abstrair do fato de as populações destas regiões terem, em grande parte, sobrenomes alemães ou possuírem cabelos loiros e olhos azuis. Penso que, de fato, muitas vezes não é fácil, mesmo para autores que não costumam alimentar preconceitos, deixar de recorrer à variável étnico-cultural para explicar o que acontece nas décadas de 1930/40 nas regiões de colonização alemã, mas estou convicto de que, além de fatores objetivamente observáveis, esta tendência deriva de profundos preconceitos enraizados na tradição brasileira.

É neste sentido tomo a liberdade de discordar de Lenharo, quando destaca para o período citado a presença de preconceitos contra negros, judeus, japoneses, mas afirma que “aos alemães não são negados rasgados elogios pelo vigor de sua raça, apreciações que apenas arrefecem e moderam-se durante o período da guerra.”³

Isto pode ser válido em algum grau quando se lêem apenas textos produzidos fora dos estados sulinos e em instâncias próximas do governo federal. Utilizei o termo “ambivalência” para caracterizar a postura de muitas autoridades federais. Muitos políticos — e aí se inclui sem dúvida o próprio Vargas — viam os fantasmas à solta no sul do Brasil. Para eles, os imigrantes alemães que vieram ao Rio Grande do Sul a partir de 1824 já naquela época eram portadores de instruções incisivas para que se distribuíssem estrategicamente pela região, que interligassem suas residências com túneis secretos e doutrinassem seus descendentes para sabotar a nação brasileira — tudo para facilitar o trabalho do messias que viria uns 110 ou 120 anos depois. O diabo é que, ao mesmo tempo em que estes fantasmas povoavam as cabeças dos políticos brasileiros, eles tinham um projeto político-econômico com a Alemanha, desencadeado no início da década de 1930 e que corria sério risco caso fossem tomadas medidas contra as populações de origem alemã no

3 LENHARO, p.113.

sul do país — daí os elogios e as bajulações que Lenharo encontrou.

Sem conhecimento específico, arrisco a opinião de que as mesmas concepções fantasmagóricas em torno das populações de origem japonesa puderam alçar vôo livre, porque não existia um projeto, ao menos de importância significativa, que envolvesse o relacionamento do governo brasileiro com o governo japonês.

Bastaria, porém, a Lenharo olhar para os textos e as manifestações surgidas muito antes da guerra em Santa Catarina para certificar-se do erro de sua avaliação. Mostrei no meu livro que, entre muitas outras razões, isto tem a ver com um “dualismo estrutural” sócio-econômico em Santa Catarina, onde há um confronto de longa data entre as regiões latifundistas e as regiões caracterizadas pelo binômio manifúndio/indústria. No Rio Grande do Sul este dualismo parece ter sido menos acentuado até a década de 1930, começando, porém, neste momento um fenômeno que, *mutatis mutandis*, se assemelha ao de Santa Catarina, como procurei mostrar em um pequeno texto mais recente⁴.

Algum tempo atrás assisti a uma palestra do Prof. Jeff Lesser, do Occidental College de Los Angeles, o qual se dedica ao problema da imigração judaica e do anti-semitismo neste mesmo período. Desculpando-se pelo seu português, disse que em torno da questão da entrada e da presença de contingentes judeus no Brasil reinava uma grande “confusão”. Respondi-lhe que o termo, mesmo que soasse pouco acadêmico, reproduz muito bem o que acontecia também em relação às populações de origem alemã. Por um lado não havia como negar a contribuição destas populações para a colonização e o desenvolvimento econômico do sul do país e ainda os grandes interesses em jogo no crescente relacionamento diplomático e econômico com a Alemanha. Por outro lado

4 GERTZ, René E. Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.14, n.1, p.21-30, 1988.

havia a convicção enraizada do caráter antibrasileiro destas mesmas populações, o que teria favorecido a infiltração maciça de agentes de “credos alienígenas”.

Parece que mesmo pessoas de confiança que apontavam para uma realidade diferente não conseguiam modificar muita coisa nesta visão. O escritor alemão Wolfgang Hoffmann-Harnisch havia escrito um livro laudatório chamado *O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical*, prefaciado por Lourival Fontes⁵. Antes de se lançar a um livro sobre o Estado Novo resolveu, segundo ele próprio conta, estudar mais profundamente o Rio Grande do Sul, para conhecer o ambiente dentro do qual foi gestada a figura máxima do regime, o presidente Vargas. Deste seu estudo resultou um extenso volume sobre *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*⁶, onde relata suas observações feitas em longa viagem pelo Estado. A certa altura reproduz uma conversa com uma pessoa que fora durante anos professor em Estrela, um dos municípios típicos de colonização alemã. Hoffmann-Harnisch reproduz as palavras desta pessoa entre aspas:

‘Já pelo ano de 1930, ou pouco depois, o português era empregado quase exclusivamente como língua de ensino. Os alunos da cidade falavam o vernáculo correntemente, ao passo que os das colônias dos arredores perguntavam, por vezes, pela significação dessa ou daquela palavra, que a gente lhes traduzia em alemão. O que mais repetidamente sucedia, e é bem característico este particular, é que, durante o ensino religioso, que era ministrado exclusivamente em alemão, os alunos da cidade (vila, naquele tempo) perguntassem ao professor o sentido de certas expressões, pedindo lhas explicasse em português, pois não as entendiam em alemão. A grande maioria dos alunos da cidade só dominava as expressões e frases mais primitivas da conversação diária no idioma dos pais. Entre si falavam só o português. Entretanto, o português dominou quase por completo todas as camadas sociais. Veja, por exemplo, aquele senhor de idade que vai caminhando

5 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical*. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

6 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941.

ali! Chegou aqui faz meio século. Fala hoje ainda melhor o alemão do que o português. Mas os filhos dele — e são dez —, dos quais diversos freqüentaram minha escola, não vão muito no alemão. Atrapalham-se. Quando em grande número de escolas da região chamada alemã o professor ensinava em alemão, regularmente, — em Estrela era preciso dominar, perfeitamente, ambas as línguas. Constitui, por certo, uma vantagem; mas tem também sua face desfavorável, como é óbvio (sic, quanto às duas últimas frases — REG). Sempre o Senhor poderá reparar o seguinte: se se dirigir às pessoas em alemão, responder-lhe-ão em alemão; mas logo que a palestra enveredar para assuntos mais abstratos, quando for preciso expressar algum pensamento mais complicado, inconscientemente passam para o português, porque é a língua que lhes corre melhor, mais fluentemente. E mesmo nas zonas rurais já se poderá verificar a mesma coisa. É verdade que nas cidades as famílias de elite e de destaque social, principalmente as da classe comercial, fazem questão que seus filhos aprendam e saibam a língua germânica. É o que, aliás, também acontece nas famílias de origem inglesa, que instam pelo cultivo do inglês. Lá como cá dizem a mesma coisa: uma língua a mais — uma vantagem a mais na luta pela vida! É por motivos de ordem prática que a gente faz questão de ser poliglota; e interesses comerciais e sentimentos nacionais fundem-se em estranha ideologia. Mas, para as camadas médias e inferiores do povo, para a grande massa de operários e trabalhadores, o que vale é a lei sociológica: — A língua é uma consequência do Estado, e não uma pressuposição. Vá que a língua esteja inseparavelmente entrelaçada com o indivíduo — para as massas, porém, e no decurso das gerações, ela é determinada pelas condições e circunstâncias práticas da vida real.⁷

Reproduzo este texto, apesar da extensão, por (independente de as palavras serem textuais de uma pessoa realmente entrevistada ou inventadas por Hoffmann-Harnisch a partir de suas observações) refletirem uma impressão contemporânea e por incluírem diagnósticos a que cheguei através das minhas investigações em outras fontes, antes de conhecer este texto. Não é preciso forçar uma leitura nas entrelinhas para concluir que o texto descreve uma sociedade

7 HOFFMANN-HARNISC, *O Rio Grande do Sul*, p.371-372.

absolutamente normal em região de colonização alemã, uma sociedade em que permanecem traços culturais determinados pela origem — e se não os houvesse, caberia perguntar com urgência pelas razões desta anomalia ao reverso —, traços lingüísticos, por exemplo, mas que não permitem a ninguém concluir pelo monolitismo desta sociedade condicionado por uma firme solidariedade étnica, pois há três grupos bem distintos: os camponeses, onde se mantém a língua, por razões óbvias, sem que isto, no entanto, decorresse de uma vontade expressa, de uma decisão baseada em algum valor; a classe média, onde os traços físicos (eventualmente cabelos loiros e olhos azuis) certamente se mantêm por razões genéticas, mas que cada vez mais se afasta dos traços culturais, como a língua; e a elite, onde se encontram pessoas que cultivam de forma consciente a sua germanidade. Interessante que neste último caso o autor avance uma explicação econômica a que — apesar de tê-la sugerido — nunca me aventurei, por considerar que me faltava um embasamento empírico mais consistente, pois existem também casos notórios de famílias de elite que abandonaram e até renegaram a sua germanidade.

Claro, não seria um breve texto de Hoffmann-Harnisch que destruiria preconceitos acumulados em muitos decênios e além disso é preciso admitir que havia os ideólogos do germanismo fazendo a sua propaganda, aqui e ali podia ver-se até algum uniforme nazista desfilando pela rua ou bandeiras nazistas em festas e solenidades, e mais, em Santa Catarina os integralistas haviam tomado o poder nos principais municípios do vale do Itajaí, em Joinville e em São Bento. Neste sentido não teria adiantado que algum observador mais atento chamasse a atenção para o fato de que nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul só tivessem feito um minguado vereador em Novo Hamburgo.

Não trato, portanto, esta questão a partir de uma perspectiva normativa. Admito que para os contemporâneos não era fácil achar para tudo isto uma explicação outra que o fato de as pessoas se chamarem Schmidt ou Schneider. Pre-

tendo apenas mostrar alguns exemplos de concepções preconceituosas e seus efeitos. Por outro lado, porém, penso que os preconceitos foram, muitas vezes, internalizados por cientistas que se debruçaram como estudiosos sobre este assunto e pretendo também neste sentido apresentar exemplos, estes sim com a intenção normativa de desmontá-los, pois sou de opinião que como cientistas não somos imunes aos preconceitos, mas temos a obrigação de procurar conscientizar-nos deles, minimizá-los e desmontá-los.

Passemos então a alguns exemplos que denotam a presença de preconceitos enraizados e que, claro, se manifestaram de forma mais incisiva durante a guerra. Começemos pelo interventor do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias. Em suas memórias conta, além das coisas que todo mundo contava sobre separatismo, infiltração nazista etc., que tentou ajudar esta massa brasileira também na área da saúde, pois

O problema era curioso. Vinham da Alemanha pessoas com curso de enfermagem, massagistas etc. e, entre os descendentes de alemães, passavam por médicos. Como eram incompetentes, atraíam os médicos brasileiros recém-formados ou sem clientela própria para operar no lugar deles. O doente entrava na sala de operações e encontrava um alemão em quem confiava. Assistia àquela encenação toda, lavagem de mãos, preparação dos instrumentos, roupa especial etc. Mas depois da anestesia quem operava mesmo era o médico brasileiro, que recebia uma parcela dos honorários do falso médico alemão. Evidentemente, esta situação aberrante criava entre os brasileiros uma grande revolta e por isso mesmo forneceu muitos aliados à nossa causa.⁸

Estudo há vários anos a história da imigração alemã no Rio Grande do Sul e nunca ouvi qualquer referência a este respeito como fenômeno generalizado — é claro que um fato isolado desta natureza pode ter ocorrido, dando origem à lenda. Mas se o próprio interventor acreditava neste tipo de

⁸ CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de (ed.). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p.274.

lenda, é de pressupor que ela fosse tacitamente aceita por muita gente que tivesse menos acesso a informações objetivas do que o governador do estado.

Cordeiro de Farias acreditava sinceramente no que dizia. Sentia pena das populações que não tinham tido a sorte de serem “brasileiras” como ele:

Mas não são eles tão felizes como nós. Aquela velha política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face dos descendentes, que, brasileiros de fato, e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos hábitos.⁹

Como Cordeiro de Farias enxerga aqui um Rio Grande do Sul verdadeiro, “nosso”, ao qual contrapõe o “outro”, o falso, são tomadas medidas dos mais diferentes tipos e entre elas a de trazer anualmente meio milhar de “coloninhos” para passarem a semana da pátria em Porto Alegre, na casa de boas famílias de “velha cepa lusitano-açoriana-paulista” para assim se integrarem ao verdadeiro Rio Grande do Sul e Brasil. Não estou inventando. Num livro publicado a respeito do assunto em 1940 a Prof.^a Olga Acauan Gayer, diretora geral da instrução pública, diz textualmente sobre os objetivos da vinda dos “coloninhos” para Porto Alegre:

Na intimidade de lares genuinamente brasileiros, ao calor da afetividade característica de nossa gente, há de surgir espontânea uma compreensão recíproca, propiciando a adesão consentida ao passado e aos destinos da nacionalidade.¹⁰

O efeito deste tipo de discurso foi a liberação dos preconceitos, sobretudo depois da entrada do Brasil na guerra, e Cordeiro de Farias recebeu uma carta de Taquara assinada pelo prefeito, pelo juiz de direito, pelo delegado de polícia,

9 FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. *Nacionalização: dois discursos*. [s.l. : s.n.], 1941.

10 LENZI, Branca Regina (org.). *Os coloninhos: Semana da Pátria, 1940*. Porto Alegre: Globo, 1940. p.48. O grifo é meu.

pelo promotor público, pelo juiz municipal, por toda a diretoria municipal da Liga de Defesa Nacional e por outros cidadãos, nos seguintes termos:

No momento em que o Brasil reconhece o estado de guerra com o Eixo, o povo deste município reclama com veemência e justiça, a mudança do nome do Grupo Escolar Rudolf von Ihering, desta cidade, para que nada lembre ou evoque a Alemanha. Vimos respeitosamente à presença de V. Excia. pedir a substituição do dito nome por outro, genuinamente brasileiro, a critério do digno governo do Estado.¹¹

Imagine-se a caçada que devem ter sofrido no município os cidadãos de carne e osso que se chamassem Schmidt ou Schneider se até o espírito do velho cientista era caçado com tanto ardor. Cordeiro de Farias, para não liberar ainda mais os instintos contra “eles”, teve de dar um basta! Respondeu:

Estes dias de conscientes e supremas responsabilidades para o Brasil são de tal grandeza e de tamanha transcendência histórica, que não é lícito lhe venha turvar a magnitude as pequeninas vozes da suspeita, da discórdia e do dissídio entre patrícios. O patriotismo dos brasileiros é um longo estuário de amor à Pátria e de tal empenho em prol da nossa soberania, onde confluem os contingentes de todas as origens, todas as crenças, todas as latitudes. (...) Andar joieirando, com absurdo critério, na grafia dos apelidos o bom do mau brasileiro é mais que uma insensatez, é um crime. Quem ousará riscar das crônicas do nosso passado heróico os nomes de Mallet, Garibaldi e Niederauer? ... Assim considerando, mantenha-se na escola da cidade de Taquara o nome do ilustre filho desse município, Rudolf von Ihering.¹²

Cordeiro de Farias considerou prudente levar ao próprio Vargas sua preocupação com a política de liberação e incentivo aos preconceitos praticada até então: “O caso de Taquara

11 DAUT, José Carlos. *Brasileiros de cabelos loiros e olhos azuis*. Porto Alegre: [s.n.], 1952. p.12.

12 DAUT, p.14.

deu ensejo a que o Governo do Estado traçasse uma norma geral de conduta, que teve a mais ampla repercussão.”¹³

Interessantemente leio num relatório das atividades de 1943 da Liga de Defesa Nacional no Rio Grande do Sul que o orador oficial do núcleo da mesma em Novo Hamburgo era Alfredo Marotzky.¹⁴ Era um cidadão de sorte! Chamava-se Marotzky (e não Schmidt ou Schneider) e seu discurso sempre tinha sido profundamente patriótico, como cabia a um destacado ex-integralista, que durante os anos de 1936/37 fora um dos editores do jornal integralista *Der Kampf*, publicado naquela cidade. Ter sido integralista não era perigoso — desde que não fosse “alemão”!

Bastam estes exemplos para ilustrar o que pretendo dizer. Os fatos citados refletem preconceitos profundamente arraigados, que têm sua origem na virada do século, ou antes, quando iniciou o discurso sobre o “perigo alemão”, bem antes da Primeira Guerra, o que pode ser exemplificado por textos como o de Sylvio Romero sobre *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjugar*, seguidos na época da guerra por outros como *O pangermanismo no sul do Brasil* de Raul Darcanchy. Mais próximo da Segunda Guerra constituem exemplos marcantes os escritos de Gilberto Freyre em defesa do lusitanismo, em expressa posição de combate ao germanismo.¹⁵

Passemos então para alguns exemplos de trabalhos acadêmicos, para ver como esta questão vem sendo tratada na bibliografia científica.¹⁶

Creio que nesta categoria de textos não há nenhum que tenha qualquer intenção maldosa, mas alguns incorporaram

13 Carta de Cordeiro de Farias a Getúlio Vargas, 2 set. 1942. (CPDOC).

14 PIMENTEL, Fortunato (org.). *Liga de Defesa Nacional: atividades de 1943* (Diretório Regional do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944. p.201.

15 ROMERO, Sylvio. *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjugar*. Rio de Janeiro: H. Ribeiro, 1906. DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1915. FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1940. FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

16 Farei referência apenas a trabalhos não analisados em meu livro *O fascismo no sul do Brasil*.

os preconceitos correntes, quase sempre por utilização acrítica da documentação. Alguns autores simplesmente recorrem a documentos como os citados e, sem qualquer crítica interna ou confronto com documentos alternativos, elevam uma fonte policial tendenciosa e parcial, por exemplo, ao status de verdade “pesquisada”.

Qualquer pesquisador ao utilizar as fontes policiais deve partir de alguns pressupostos. Para o Rio Grande do Sul são decisivas nesta categoria de fontes as milhares de páginas de Aurélio da Silva Py. A documentação é importante e não há porque duvidar de sua autenticidade, mas toda pessoa que vai utilizá-la deve partir do pressuposto, por exemplo, de que um delegado de polícia nomeado para o interior do estado com o objetivo específico de combater as hordas nazistas não pode — até sob pena de perder seu emprego — chegar ao local e fazer um relatório dizendo que no município não há nenhum nazista e muito menos hordas de nazistas. Se eles não existem, precisam ser inventados, ou ao menos serem inventados indícios de sua existência, para justificar o salário. E, encontramos nos livros de Py relatórios deste tipo. O subdelegado de Pindorama (Cruz Alta) descobriu que o pastor Strothmann estava, numa picada a 15 km do local, “doutrinando, em idioma alemão, um grupo de 15 crianças, de idade variável entre 11 e 14 anos, todas **brasileiras**, embora filhas de pais de **origem teuta**”. Encontrou com as crianças literatura muito comprometedora (*Religionsbuch für Evangelische Schulen in Brasilien* e *Gesangbuch für die Evangelische Kirche in Württemberg*),¹⁷ que foi apreendida. O pastor apresentou documentos, inclusive assinados pelo titular do DOPS no Estado, protestando absoluta legalidade dos seus atos, e a autoridade policial ficou em dúvida: “A experiência da minha vida funcional me aconselha — para prevenir dissabores — a não interpretar, no seu espírito, os textos baixados pela alta administração policial.” O que procurava fazer era seguir os “objetivos aprovados pela mi-

17 Livro de religião para escolas evangélicas no Brasil e Hinário para a igreja de Württemberg, respectivamente.

nha consciência de cidadão brasileiro que, quanto mais observa o ambiente em que se encontra, mais convencido se torna da necessidade de 'abrasileirar' recantos como este." Portanto, em Pindorama não havia nazistas e muito menos hordas de nazistas e conseqüentemente o delegado deveria inventar algo que justificasse sua permanência e seu salário. Na ausência das hordas nazistas inventa outro serviço: vai "abrasileirar" esta gente.¹⁸

O pesquisador que se der ao trabalho de ler os escritos de Py com atenção e espírito crítico verá que no mínimo a metade dos fatos arrolados aconteceu antes da decretação do Estado Novo, sendo públicos e notórios e impossíveis de serem caracterizados como ilegais, pois não eram proibidos. Da metade restante talvez mais de 90% são fatos semelhantes ao acima relatado de Pindorama, práticas usuais de caráter cultural e religioso, práticas com uma tradição de muitas gerações. Apenas um percentual mínimo dos fatos apresentados representa casos de desobediência civil. Nenhum dos casos arrolados de desobediência civil ou de reação contra determinações governamentais tem, porém, caráter coletivo.

Recentemente foi publicado um extenso trabalho de Maria Luíza Tucci Carneiro sobre *O anti-semitismo na era Vargas*.¹⁹ Em certo trecho do livro a autora se refere ao integralismo e em especial ao anti-semitismo de Gustavo Barroso. Depois de descrever a obra anti-semita deste ideólogo integralista a autora se preocupa com a origem desta postura diagnosticando: "A gênese anti-semita das obras de Gustavo Barroso pode ser identificada a partir dos seguintes fatos: (...)." A seguir são arrolados três fatores que explicariam o anti-semitismo de Barroso. O segundo e o terceiro são, respectivamente, "a familiaridade com o conteúdo de obras tipicamente anti-semitas" e "a correspondência mantida por Gustavo Barroso com os dirigentes do nazismo

18 PY, Aurélio da Silva. *A 5.ª coluna no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1942. p.246-248.

19 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

alemão”. Penso que estes dois argumentos são argumentos tipicamente “circulares”, mas não vou discutir isto aqui. Interessa-me o primeiro argumento, que na sua íntegra é o seguinte: ‘Gustavo Barroso era filho de uma alemã de Württemberg, o que lhe valeu o sobrenome Dodt.’²⁰

O que faz a autora? Ela simplesmente eleva ao status de científico o que críticos e opositores de Barroso faziam ao chamá-lo pejorativamente de “João Dodt”. Mas isto explica alguma coisa? Não conheço a biografia de Barroso em detalhes, mas (se não me falha totalmente a memória) ele conta em algum lugar que a mãe veio ao Brasil com 16 anos — ainda no século XIX e portanto um bom tempo antes de Adolf iniciar suas estrepolias pela Alemanha —, casou com alguém que não pertencia a nenhuma “colônia alemã” e não deve ter tido muito zelo pela sua germanidade, pois o filhote Gustavo não sabia nem dizer “água” em alemão e ainda desenvolveu um ódio visceral contra as “minorias étnicas” do sul do Brasil, como se pode constatar em escritos seus anteriores a 1935. Quando — contra sua expectativa — viu que boa parte destas abomináveis “minorias” de Blumenau e Joinville simpatizaram com o integralismo, suspendeu este discurso e possivelmente decorou algumas frases em alemão, que utilizava como *captatio benevolentiae* ao iniciar alguma arenga naquelas cidades. Mas existe alguma validade científica, empírica ou lógica, no estabelecimento da correlação entre o fato “A” (mãe nasceu em Württemberg) e o fato “B” (filhote é anti-semita)?

Devo confessar em defesa de Tucci Carneiro que fiz uma experiência: submeti as duas páginas e meia de texto em que é tratado este assunto a vários colegas e perguntei se alguma coisa lhes chamava a atenção ou se discordavam de algum ponto do texto. Nenhum julgou que devesse fazer qualquer ressalva. Só quando lhes apontei o fato de que ali se encontrava uma afirmação preconceituosa, concordaram comigo.

20 CARNEIRO, p.356.

Isto mostra como internalizamos certas “verdades” ou certas “lógicas” e perdemos a capacidade de distanciamento crítico.

Há pouco também foi defendida na Universidade Federal Fluminense uma dissertação de mestrado intitulada *O governo federal e o partido nazista no Brasil*, de autoria de Esther Cohen. Como indica o título, a autora visa sobretudo caracterizar as medidas e a ação do governo federal frente ao partido nazista e suas bases de sustentação. Este assunto é tratado no terceiro capítulo e em várias passagens a autora procura mostrar o seu distanciamento crítico em relação ao que foi feito ou dito por fontes oficiais, colocando aspas, como para sinalizar que esta é a opinião do governo ou das autoridades, mas não necessariamente a da autora. Em certo trecho até alerta para a necessidade de cuidados com as fontes:

Devemos, no entanto, ficar atentos para as informações fornecidas pelos relatórios feitos na época pelos órgãos de segurança brasileiros, que, segundo alguns historiadores, davam informações fantasiosas a respeito do número de nazista no país.²¹

Apesar deste alerta, a autora arrola e utiliza para seus dois capítulos iniciais esta bibliografia como fonte primária e aí resvala à toda hora para a incorporação acrítica de informações fornecidas por esta bibliografia, como se fossem verdades definitivas. Assim a autora sabe que,

Os colonos alemães do sul do Brasil mantiveram contato com a economia, a cultura e a vida política alemãs, tornando, assim, mais fácil as possibilidades de sofrerem eles o condicionamento da ideologia nazi. Com isto após a entrada do Brasil na guerra “o Partido Nacional-Socialista, fortemente representado pela grande comunidade alemã residente no sul do país, representava um perigo evidente, principalmente, porque, naquele momento, os alemães passaram a ser, geralmente, espiões, sabotadores e

21 COHEN, Esther. *O governo federal e o partido nazista no Brasil*. Niterói, 1988. p.29. Dissertação.

traidores”. (p. 24 e 131). E na conclusão: “A bibliografia de origem política e policial da época, juntamente com algumas análises de estudiosos do assunto, indicaram que a maior parte da população de origem alemã era de alguma forma ligada, filiada ou simpatizante do Partido Nazista no Brasil, embora nos seja difícil apresentar dados precisos sobre a veracidade desta afirmação. (...). Independente das incertezas em relação ao número preciso de adeptos da causa nazista, não tivemos dúvida de que esta teve grande expressividade e importância, principalmente no seio da comunidade de origem germânica”. (p. 186-187).

O trabalho de Esther Cohen, no afã plenamente compreensível de alertar para as manifestações neonazistas no mundo e no Brasil, não consegue distanciar-se das suas fontes e procurar fazer, em primeiro lugar, um trabalho científico — que é o que esperamos de um trabalho acadêmico. Com isto não estou desmerecendo o trabalho, que representa uma contribuição significativa, em especial naqueles trechos em que — com base em fontes inéditas de arquivo — revela a ação legislativa e policial do governo federal contra o que considerava ações subversivas pró-Eixo. Mas o número de páginas dedicado à análise do contexto, isto é, à situação nas regiões de colonização alemã é tão significativo que não se pode simplesmente dizer que não constituam parte importante do trabalho.

A dissertação de Esther Cohen, sobretudo as passagens em que fala de espiões, sabotadores e traidores, pode ter servido de “base científica” para um “Globo Repórter” da TV Globo (27-10-1989). Este programa — último de uma série sobre a Segunda Guerra Mundial — tratou dos reflexos da guerra sobre o Brasil. Um dos blocos do programa foi dedicado à espionagem nazista no país e se compunha de duas cenas. Na cena 1 foi focada a cidade de Blumenau e os telespectadores foram informados de que ali praticamente todo mundo era nazista; os poucos que não o eram inscreviam seus filhos na juventude hitlerista para não despertar reações desfavoráveis dos vizinhos. A cena 2 iniciou focando uma casa no Leblon (Rio de Janeiro), onde foi preso

um espião nazista; seguiram-se entrevistas com policiais da época sobre este espião e sobre a espionagem alemã em geral. Para que a cena 1 tivesse algum sentido dentro do programa o telespectador teve de estabelecer forçosamente uma relação entre as duas cenas, ou seja, na sua cabeça, assim que a guerra começou, os bandos de nazistas de Blumenau se transferiram em massa para os pontos estratégicos previamente destinados a cada um, principalmente as cidades portuárias, para espionar e para — como um jornalista da própria emissora ironizou — transmitir sinais a navios e submarinos nazistas com lanterninhas de pilha ou até lâmpadas de querosene. Se formos consultar os livros das autoridades policiais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não encontramos ali nenhum caso que envolvesse cidadãos das chamadas “colônias” em atos de espionagem. Também nos estudos de Stanley Hilton sobre a espionagem nazista no Brasil não aparece nenhum Schmidt ou Schneider de Blumenau envolvido nem espiões que tivessem estabelecido suas bases de operação nesta cidade. O que Hilton comprovou foi que alguns cidadãos de nomes brasileiríssimos colaboraram com a espionagem nazista.²²

A utilização acrítica de documentos policiais, por exemplo, num trabalho acadêmico presta o perigoso desserviço de sacramentá-los como verdade definitiva, elevando-os ao status de ciência, sem que o sejam.

E não é preciso ser assim. Algum tempo atrás escrevi uma resenha da historiografia sobre o Estado Novo. Quase ao final dediquei um pequeno espaço à questão da “nacionalização” no campo da educação:

Sobre a nacionalização da rede escolar privada no sul existem duas teses de doutorado não publicadas e uma de mestrado publicada. (...). Talvez todos estes trabalhos sofram, em maior ou menor grau, do defeito de estarem demasiadamente apegados aos dados e à visão do próprio regime.²³

22 PY, op. cit. SANTA CATARINA. Departamento de Organização Política e Social. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944. HILTON, Stanley E. *Suástica sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

23 Resenha bibliográfica para um livro organizado por José Luiz Werneck da Silva, sob o título *O feixe e o prisma*, publicado por J.Zahar.

Numa nota de rodapé cito as teses de Richard O. Dalbey, de César Paiva e a dissertação de Jaecyr Monteiro, publicada em livro.²⁴ O pouco espaço de que dispunha para tecer comentários mais extensos e precisos fez com que o trabalho de César Paiva caísse na vala comum e fosse injustiçado, sem que esta fosse minha intenção. Como o próprio Paiva não pode mais defender-se, penitencio-me neste ponto, de público, pelo meu deslize.

A tese de Paiva é uma resposta à tese de Dalbey. Este analisa a situação em Santa Catarina e sua conclusão central é a de que as assim chamadas “escolas alemãs”, mesmo as das picadas mais distantes, foram instrumentos de maquinavélicas tramas nazistas para subjugar o Brasil ao totalitarismo hitlerista. Vários anos após a feitura do texto o autor declarava em entrevista:

Depois da ascensão de Hitler, em 1933, os nazistas do Brasil não perderam tempo e tomaram a direção de 2500 escolas alemãs. Já que as colônias alemãs ainda estavam ligadas a todos os ramos da vida econômica, cultural e política alemã, não é de se estranhar que as escolas se tornaram um dos meios mais importantes através dos quais a organização do partido nazista podia doutrinar a população local de língua alemã. As escolas alemãs foram imediatamente organizadas em ligas escolares urbanas e estatais (sic — REG) sob a Organização de Professores Nacional-Socialistas, que por sua vez era ligada à Organização Estrangeira da NSDAP na Alemanha nazista. De 1933 em diante, somente os professores treinados na ideologia nazista e aprovados pela NSDAP poderiam ensinar nas escolas. O material didático importado para uso nas escolas refletia a mudança no pensamento social da “nova” Alemanha, ao introduzir o ensinamento de que o III Reich tinha a missão de “alemanizar” o mundo e suplantar a lealdade ao Brasil pela lealdade à Alemanha nazista.²⁵

24 DALBEY, Richard O. *The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years*. Indianapolis, 1970. Tese (Ph.D.) Indiana University. PAIVA, César. *Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik*. Hamburg, 1984. Tese, Hamburg Universitaet. MONTEIRO, Jaecyr. *Nacionalização do Ensino*. Florianópolis: UFSC, 1984.

25 DALBEY.

César Paiva confronta-se com esta tese, estudando a situação no Rio Grande do Sul e chega à conclusão de que o trabalho de Dalbey é “lamentável” e cheio de “afirmações fantasmagóricas”.²⁶ Temos aí um exemplo de seriedade e distanciamento que deve caracterizar o trabalho de um cientista. Não tenho condições de avaliar adequadamente o capítulo inicial, onde o autor elabora os pressupostos teóricos de seu trabalho, baseados em Antônio Gramsci, um autor com cuja obra não tenho nenhuma familiaridade. Mas o restante do trabalho eu assinaria sem receio, pois minhas discordâncias são mínimas e nunca atingem a essência daquilo que Paiva afirma. Em alguns momentos até pensei que fora plagiado, mas depois me convenci de que Paiva não conheceu os meus trabalhos, pois além da ausência de evidências concretas de plágio, não há razões lógicas para que tivesse utilizado meus trabalhos e não os citasse. Escrevi, por exemplo, que o relacionamento do governo gaúcho com as regiões de colonização alemã durante a República Velha pode ser caracterizado como um “acordo tácito”; e lá está na tese de Paiva que este relacionamento pode ser caracterizado como “*still-schweigendes Abkommen*” (p. 68), o que é exatamente a mesma coisa, como a indicar que um exame adequado das fontes conduz necessariamente a esta conclusão.

Infelizmente não tenho dados biográficos sobre César Paiva. Apenas vejo pelos poucos dados que, de acordo com a tradição acadêmica alemã, constam na última página do texto que ele nasceu no Rio de Janeiro, frequentou uma escola primária de nome “Rio Grande do Sul”, mas que provavelmente também se localizava no Rio de Janeiro, e depois estudou na Universidade Federal Fluminense.

Constitui, por isso, uma agradável surpresa o excelente uso que faz das fontes, o rigor com que as trata. Se numa fonte policial são reproduzidos atos ou palavras de um professor, padre ou pastor, Paiva não aceita estes dados como verdade definitiva. Pelo contrário, segue as pistas, procura

26 PAIVA, p.197 e 224.

obter dados em outras fontes para poder reconstruir o contexto dentro do qual o ato ou as palavras foram produzidos, para poder avaliar adequadamente seu significado real.

Inversamente, trata com o mesmo rigor crítico as fontes alemãs e teuto-brasileiras. Assim, a ideologia do germanismo ou do teuto-brasileirismo (*Deuschtum/Deutschbrasilianer-tum*), por exemplo, tem sido apresentada em teses acadêmicas produzidas no Brasil como uma ideologia que perpassa toda a população das regiões de colonização alemã, mais ou menos no sentido de que basta a pessoa chamar-se Schmidt ou Schneider para estar disposta a morrer por esta ideologia. César Paiva detecta corretamente que ela é produto de alguns intelectuais e que justamente na década de 1930 ela recebe sua formulação mais marcante em teses de doutorado, onde se lamenta a desgermanização das populações de origem alemã. Paiva sabe que o colono da picada não sabe o que são teses de doutorado e não tem nada a ver com as idéias nelas desenvolvidas (pág. 158 e seg.).

Outro aspecto importante a destacar no trabalho de Paiva é que na sua análise, as regiões de colonização alemã não se localizam no vácuo, mas dentro do Brasil. Sabe, evidentemente, que a presença dos germanistas desde longa data, e mais recentemente a existência de núcleos nazistas constituíram fatores objetivos para as medidas “nacionalizadoras” do governo brasileiro, mas

a nacionalização das “escolas estrangeiras” constitui um momento do processo de expansão e diferenciação das funções do Estado no Brasil. Além de suas atividades repressivas o Estado começou na década de 1930 a preocupar-se com a criação, a ampliação e a centralização de instrumentos para o controle intelectual e moral da população. Esta intervenção estatal no âmbito cultural tinha a ver com a construção de uma dominação urbano-industrial no Brasil. (p. 186).

Portanto, alguém que aparentemente não tem nada a ver com o sul do Brasil optou por realizar um trabalho acadêmico sobre um tema desta região e demonstrou que um bom

trabalho pode ser realizado com uso adequado das fontes. Não constitui nenhuma garantia de bom trabalho científico o fato de que alguém conheça as regiões de colonização por ter nascido e se criado nelas e inversamente não constitui garantia de distanciamento se alguém "aterrissa" de fora. O que importa é a postura de cientistas, tão bem exemplificada no trabalho de Paiva.

Apesar de não tratar das regiões de colonização alemã — mas sim da italiana —, considero necessário fazer neste ponto uma referência rápida à tese de doutorado defendida há pouco por Loraine Slomp Giron na PUC-SP.²⁷ Por não possuir conhecimentos próprios sobre o assunto, devo ser cuidadoso no meu juízo, mas penso que o trabalho se inclui entre aqueles que devem ser lidos por quem queira estudar com seriedade a situação nas regiões de imigração no sul do Brasil nas décadas de 1930/40. Positivo no trabalho já é o fato de a autora afirmar na introdução que

o fascismo italiano na Região Colonial não pode ser tratado apenas como uma questão de valores comuns... (...). Fundamental para o entendimento da questão parece ser o processo histórico, que possibilitou o surgimento do fascismo italiano, e as condições sócio-econômicas existentes na Região Colonial. (p. 12).

E neste sentido o trabalho deixa claro que não existem "os italianos" de Caxias do Sul; a população está dividida por questões doutrinárias e pela estratificação social.

Pessoalmente esperava que o trabalho aprofundasse a presença integralista e o seu relacionamento com o fascismo. Mas esta questão é tratada com relativa superficialidade. Nas eleições municipais de 1935 os integralistas de Caxias do Sul foram campeões de votos no Estado, fazendo três dos sete vereadores do município. Infelizmente este momento de disputa, no qual talvez fosse possível surpreender mais cla-

27 GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1989. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ramente as clivagens na sociedade local, não é aprofundado. Mesmo assim os dados apresentados apontam para uma direção muito semelhante à que detectei nas regiões de colonização alemã, pois a italianidade e o fascismo têm maior sucesso entre a elite; os camponeses acompanham em parte esta postura, mas sem nenhuma convicção; e a classe média é integralista. É claro que nem sempre as linhas são tão nítidas, mas nem mesmo o mais ferrenho antiweberiano consegue apreender a realidade social sem recurso a um tipo-ideal, que sempre é um pouco “forçado”.

Mas o trabalho de Giron apresenta um aspecto que tem a ver diretamente com o assunto aqui tratado: o preconceito “anti-alemão”. A autora se refere à repressão durante o Estado Novo, mas comparado com a repressão nas regiões de colonização alemã, a repressão nas regiões de colonização italiana foi relativamente branda. Basta citar o fato de que as autoridades policiais do Rio Grande do Sul não publicaram nenhum livro sobre o “quinta-colunismo” na região de colonização italiana. Mas a serem corretas as informações da autora a subversão fascista era certamente maior do que a subversão nazista nas regiões de colonização alemã, entre outros, pelo simples fato de que o fascismo levava onze anos de vantagem sobre o nazismo. Ou seja: objetivamente havia mais subversão fascista em Caxias do Sul do que nazista em Santa Cruz do Sul, por exemplo, mas como os “italianos” eram considerados, por definição, menos anti-brasileiros do que os “alemães”, os santacruzenses sofreram mais que os caxienses.

Concluindo. Retomar a história e a historiografia sobre as regiões de colonização no sul do Brasil nos anos 1930/40 não constitui apenas um exercício acadêmico. A unidade e homogeneidade do Brasil não é um capítulo encerrado. Minorias sociais, raciais, étnicas, culturais, religiosas estão reivindicando seu espaço. Por outro lado a intolerância é um elemento sempre presente. E a ausência de cuidados adequados pode gerar conflitos desnecessários. Quero ilustrar. Em

Porto Alegre surgiu uma editora (Editora Revisão) especializada em publicar textos “revisionistas” sobre a Segunda Guerra Mundial. Já publicou, entre outros títulos, *Holocausto: judeu ou alemão?*, *O judeu internacional* de Henry Ford, *Protocolos dos sábios de Sião*. O proprietário da editora (e autor do primeiro livro citado) é Siegfried Ellwanger.

Recentemente o vereador Flávio Koutzy apresentou na câmara municipal de Porto Alegre uma moção de repúdio a Ellwanger, que acabou sendo declarado *persona non grata*. Nos debates em torno da iniciativa o vereador Luiz Braz — bem-intencionado — criticou a medida e “os que ficam apenas com a história contada pelos vitoriosos”, defendendo o direito de Ellwanger, “descendente de alemães, divulgar a sua versão dos fatos.”²⁸

Infelizmente o noticiário da imprensa reproduziu apenas poucas palavras textuais deste discurso, mas o que foi transcrito sugere que o vereador Luiz Braz estava preocupado em resguardar a “minoridade de descendentes de alemães”. Se esta era sua intenção, estava equivocado. Os Schmidt e os Schneider de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, como tais, não têm nada a ver com o holocausto e com a divulgação de bibliografia racista e totalitária por parte de Siegfried Ellwanger (que — entre parênteses — deve ter aumentado consideravelmente suas vendas de livros com a iniciativa da Câmara Municipal de Porto Alegre e a conseqüente publicidade gratuita). Aceitando-se a lógica de relação, descendentes de alemães/holocausto/Ellwanger, o vereador Flávio Koutzy teria o direito de apresentar amanhã uma moção de repúdio ao sem-terra “alemão” Edvino Schmidt, acampado na Encruzilhada Natalino, por responsabilidade vicária pelos baixos salários que o “alemão” Wolfgang Sauer paga na Autolatina.

28 ZERO HORA, Porto Alegre, 18 ago. 1989. Os rumos que este tipo de discurso imprime no imaginário do grande público podem ser aferidos pela frase inicial de uma reportagem sobre o assunto em uma conhecida revista de circulação nacional: “Apesar do nome quase impronunciável, o engenheiro Sigmundo (sic - REG) Ellwanger é cidadão brasileiro” (Isto É Senhor, n.º 1051, de 8-11.1989, p.60).

Como historiadores muitas vezes somos impotentes diante da insensatez que grassa no mundo, mas o mínimo que podemos e devemos fazer é procurar evitar que nossos trabalhos sejam invocados como “base científica” para fundamentar a insensatez. — E mesmo assim sou procurado com frequência para opinar na qualidade de “especialista em racismo alemão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 APESAR do nome quase impronunciável, o engenheiro Sigmund [sic-REG] Ellwanger é cidadão brasileiro. *Isto É/Senhor*, São Paulo, n. 1051, p. 60, 8 nov. 1989.
- 2 CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter de (ed.), *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- 3 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 4 COHEN, Esther. *O governo federal e o partido nazista no Brasil*. Niterói, 1988. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal Fluminense.
- 5 DALBEY, Richard O. *The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years*. Indianápolis, 1970. Tese (Ph.D.) Indiana University.
- 6 DARCANCHY, Raul. *O pangermanismo no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1915.
- 7 DAUDT, José Carlos. *Brasileiros de cabelos loiros e olhos azuis*. Porto Alegre: [s.n.], 1952.
- 8 FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Carta a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2 set. 1942. (CPDOC)
- 9 ———. *Nacionalização: dois discursos*. [s. 1. : s. n.], 1941.
- 10 FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.
- 11 ———. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1940.
- 12 GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- 13 ———. Nazismo, fascismo, integralismo e o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1., p. 21-30, 1988.
- 14 GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- 15 HILTON, Stanley E. **Suástica sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- 16 HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. **O Brasil que eu vi: retrato de uma potência tropical**. São Paulo: Melhoramentos, 1938.
- 17 ———. **O Rio Grande do Sul: a terra e o homem**. Porto Alegre: Globo, 1941.
- 18 LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus: Unicamp, 1986.
- 19 LENZI, Branca Regina (org.), **Os coloninhos: Semana da Pátria, 1940**. Porto Alegre: Globo, 1940.
- 20 MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**. Florianópolis: UFSC, 1984.
- 21 PAIVA, César. **Die deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und die Nationalisierungspolitik**. Hamburg, 1984. Tese, Hamburg Universität.
- 22 PIMENTEL, Fortunato (org.). **Liga de Defesa Nacional: atividades de 1943** (Diretório Regional do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.
- 23 PY, Aurélio da Silva. **A 5.^a Coluna no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1942.
- 24 ROMERO, Sylvio. **O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar**. Rio de Janeiro: H. Ribeiro, 1906.
- 25 SANTA CATARINA. Departamento de Organização Política e Social. **O punhal nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1944.
- 26 SILVA, José Luiz Wernecw da (org.). Resenha bibliográfica para livro organizado pelo autor, sob o título **O feixe e o prisma**, publicado por J. Zahar.
- 27 ZERO HORA, Porto Alegre, 18 ago. 1989.